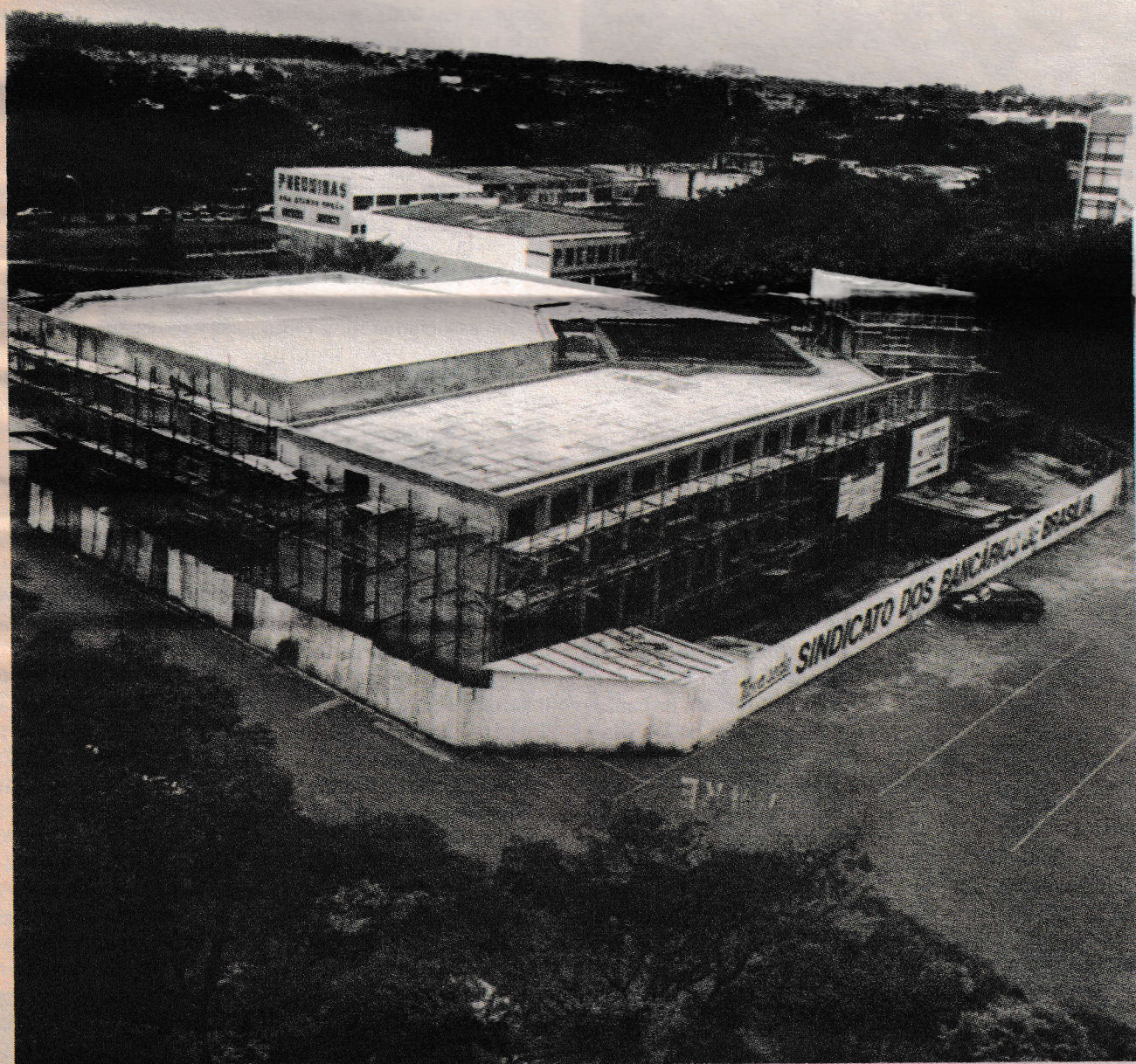


Brasília, 45



Sindicato, 44

Diretoria da Previ presta contas

no Sindicato

de anos anteriores. Além desse superávit, estão contabilizados à parte, no Fundo Paridade, mais de R\$ 5,5 bilhões que estão sendo disputados judicialmente desde o governo FHC entre os sindicatos e o banco. Estão ali os recursos que a direção do BB quis expropriar em 2001, sendo barrada por liminares impetradas pelos sindicatos de Brasília e de São Paulo.

Participação e transparência

Nos debates, o assunto que mais despertou o interesse dos associados foi a redução da Parcela Previ, tanto na reunião no Sindicato quanto no auditório da Tecnologia. Mas também foram debatidos a disputa da Previ com o Banco Opportunity nas empresas de telecomunicações onde a Caixa de Previdência tem participação acionária, os eventuais investimentos do fundo de pensão dos funcionários do BB nas Parcerias Público-Privadas (PPP), a reabertura dos financiamentos da Carteira Imobiliária (Carim) e a recuperação do estatuto da Previ, reconhecidamente o mais democrático de todas as entidades de previdência complementar, alterado em 2002 pelo interventor nomeado pelo governo FHC.

“Foram dois encontros

participativos, nos quais os associados demonstraram que estão acompanhando a ação da Previ e a direção da entidade mostrou a transparência que rege o modelo de gestão compartilhada”, avalia José Wilson da Silva, diretor do Sindicato e conselheiro deliberativo da Caixa de Previdência. Presente às duas reuniões, José Wilson fez um histórico da pressão dos sindicatos e dos eleitos do fundo de pensão pela redução da PP.

Acerto da gestão compartilhada

“A vinda de todos os seis diretores da Previ é um reconhecimento da importância do funcionalismo do BB em Brasília e da representatividade do Sindicato”, afirma Jacy Afonso. “O balanço apresentado mostra, por um lado, o resultado de um trabalho competente e transparente da atual diretoria da Previ, que saiu de um déficit de mais de R\$ 2 bilhões na gestão FHC para um superávit de quase R\$ 10 bilhões, e por outro lado a visão de futuro que sempre norteou o funcionalismo do BB, a primeira categoria de trabalhadores a instituir a gestão compartilhada em um fundo de pensão.”

Para Jacy Afonso, no entanto, nem tudo está bem. “É preciso que aumentemos a pressão sobre a direção do banco, para que ele faça a sua parte e atenda as nossas reivindicações imediatamente”, diz ele.

O Sindicato lamenta que uma parte dos delegados sindicais da Tecnologia tenha boicotado a reunião, numa demonstração de sectarismo e falta de espírito democrático.

EXPEDIENTE

Presidente
Jacy Afonso de Melo
presidencia@bancariosdf.com.br

Secretário de Imprensa
Enilson da Silva

Jornalista responsável

José Luiz Frare

Redação

Rodrigo Couto

Renato Alves

Diagramação

Valdo Virgo

Fotografia

Agnaaldo Azevedo

Sede

EQS 314/315 - Asa Sul
Brasília (DF) - CEP 70383-400

Telefones

(61) 346-9090 (geral)

(61) 346-2210 (imprensa)

Fax

(61) 346-8822

Endereço eletrônico

www.bancariosdf.com.br

e-mail

imprensa@bancariosdf.com.br

Tiragem

18 mil exemplares

Distribuição gratuita

Todas as opiniões
emitidas neste informativo
são de responsabilidade da
diretoria do SEEB-DF

Impressão: Gráfica Plano Pitoto

Toda a diretoria da Previ esteve quinta-feira 14 de abril na sede do Sindicato para apresentar o balanço da instituição no ano passado e discutir com os associados de Brasília suas reivindicações e os rumos da Caixa de Previdência dos Funcionários do BB. No mesmo dia à tarde, os diretores fizeram uma segunda reunião com os associados, no auditório da Tecnologia do Banco do Brasil (fotos).

O evento no Sindicato começou às 8h30, com um café da manhã com os bancários aposentados do BB. Mais de 300 pessoas participaram do encontro, que além dos aposentados reuniu também funcionários da ativa das agências e da Direção Geral.

Participaram os seis diretores da Previ: Sérgio Rosa, Francisco Alexandre, Erik Persson, Cecília Garcez, Luiz Carlos Aguiar e Renato Chavez.

O presidente da Previ, Sérgio Rosa, abriu a reunião com uma longa exposição sobre as contas da entidade no ano passado, que apresentou superávit de R\$ 5,71 bilhões. Esse resultado elevou para R\$ 9,76 bilhões o superávit acumulado da Caixa de Previdência, já descontados os déficits



Jacy Afonso cobra de Rossano reunião

com Conselho Diretor do BB



O presidente do Sindicato, e tesoureiro nacional da CUT, Jacy Afonso, entregou na quarta-feira 13 de abril carta ao presidente do Banco do Brasil, Rossano Maranhão.

Jacy Afonso reuniu-se com o presidente do BB durante a assinatura do acordo entre a CUT e o Banco do Brasil que reduz os juros dos empréstimos com desconto em folha de pagamento concedidos pelo BB. Também participaram do evento os presidentes da CUT (Luiz Marinho) e CNB (Vagner Freitas).

Na carta, a diretoria do Sindicato parabeniza Rossano Maranhão por sua nomeação e pede que “a sua gestão seja de abertura e diálogo para com os funcionários e suas representações sindicais, de forma que possamos juntos encontrar soluções para os problemas que afetam o funcionalismo”.

“Muitos desses problemas, Senhor Presidente, são antigos e necessitam ser resolvidos com a maior urgência possível, para que haja um bom clima organizacional no Banco do Brasil”, acrescenta

a carta assinada por Jacy Afonso, listando que entre “os problemas antigos cuja solução vem sendo postergada indefinidamente estão a reestruturação do Plano de Cargos Comissionados e do Plano de Cargos e Salários, a isonomia de tratamento entre novos e antigos funcionários, a reforma do estatuto da Caixa de Previdência e a redução da Parcela Previ e a busca urgente de um equilíbrio

no custeio do Plano de Associados da Cassi”.

Ao final, Jacy Afonso cobrou de Rossano Maranhão a reunião dos sindicatos e da CNB/CUT com o Conselho Diretor do BB, para discutir e solucionar todas essas pendências. A proposta dessa reunião foi feita na reunião da CNB/CUT e dos sindicatos realizada dia 24 de fevereiro com o então presidente interino do BB.

Acordo CUT/BB reduz juros para empréstimo com desconto em folha

Presidente do Sindicato reivindica a imediata implantação do desconto

O presidente e o tesoureiro nacional da CUT, respectivamente Luiz Marinho e Jacy Afonso (também presidente do Sindicato), assinaram nesta quarta-feira 13 de abril com o Banco do Brasil termo aditivo ao convênio que reduz os juros dos empréstimos com desconto em folha de pagamento concedidos pelo BB. A assinatura do acordo foi feita na sede do banco e contou com a presença do presidente do BB, Rossano Maranhão. “No encontro, reivindicamos de Rossano Maranhão a exten-

são do convênio ao funcionalismo do Banco do Brasil”, informou Jacy Afonso. De acordo com a nova tabela, as taxas de juros vão variar de 1,50% a 2,40%, dependendo do prazo para o pagamento das parcelas, e vale para trabalhadores sindicalizados ou não. Antes, a variação das taxas era de 1,75% a 2,60% para trabalhadores sindicalizados, e de 2% a 3,3% para não-sindicalizados.

Pelos novos termos do convênio, também a Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) tem

alteração: ela será de no máximo R\$ 8,00 para sindicalizados, e de até R\$ 30,00 para não-sindicalizados. Antes, era de R\$ 10,00 e R\$ 20,00, respectivamente. Ou seja, embora possa pagar uma TAC maior, o trabalhador não-sindicalizado tem mais vantagens com a taxa de juros menores.

Para Luiz Marinho, este novo acordo com o Banco do Brasil abre a possibilidade de conseguir também reduzir os juros para este tipo de crédito com as outras instituições financeiras com as quais a CUT

tem convênio. “Temos a certeza de que os demais bancos podem oferecer esta taxa de juros para os empréstimos aos trabalhadores. Por isso, vamos procurá-los”, afirmou o presidente da CUT. No ato de assinatura do termo aditivo ao convênio também esteve presente o presidente da Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT), Vagner Freitas; Vicente Lourenço, da Confederação dos Vigilantes, e Roberto Policarpo, da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário.

PARCELA PREVI

'O funcionalismo quer é solução'

Os diretores que representam os associados na Previ divulgaram nota dia 12 de abril para rebater e criticar as informações divulgadas internamente pela diretoria do Banco do Brasil sobre as negociações da Parcela Previ e cobrar do BB seriedade na busca de uma solução para essa antiga reivindicação do funcionalismo. Em outro documento, os mesmos diretores mais os conselheiros deliberativos eleitos da Caixa de Previdência pediram audiência ao presidente do BB, Rossano Maranhão, para discutir a redução da Parcela Previ e o estatuto do fundo de pensão.

Falta sensibilidade ao banco

"Temos acompanhado a discussão sobre a Parcela Previ (PP) com paciência e interferido sempre no sentido de contribuir para resolvermos o

impasse de forma negociada. Tem sido assim nos estudos técnicos elaborados pelas áreas vinculadas aos eleitos e na busca de interlocutores para solucionar a pendência junto ao governo", afirma na nota oficial assinada pelos diretores Francisco Alexandre (Administração), Erik Persson (Seguridade) e Cecília Garcez (Planejamento).

Mas "ante as posições externadas pelo Banco do Brasil em recente nota ao funcionalismo, não há como ficar impassível e não se solidarizar com a insatisfação e a descrença de milhares de funcionários espalhados pelo país afora e cobrar do BB definição para a questão", criticam os dirigentes. "A falta de sensibilidade do banco nas negociações foi confirmada" pela nota interna da Diretoria de Relações Funcionais na última sexta-feira (8/4), na qual o banco afirma que antes da greve havia assumido "compromisso de atuar junto aos demais órgãos intervenientes para reduzir a

parcela Previ", quando, na verdade, o BB apresentou uma proposta de acordo para resolver a Parcela Previ.

'O banco sabe que pode resolver a PP'

"Isso distorce o que havia sido discutido", acrescentaram os diretores da Previ representantes dos associados. "Na nota, o BB repete erros do passado ao debitar às entidades sindicais e às lideranças do funcionalismo a culpa pela ausência de solução (...) O banco sabe que pode resolver a PP utilizando parte do superávit acumulado que já soma R\$ 10 bilhões, dos quais seriam necessários R\$ 3,9 bilhões. Para isso bastaria autorizar que os conselheiros do banco votassem a matéria, o que não tem

sido feito (...) Fica o desafio para quem diz querer melhoria para o funcionalismo".

"Como em outros momentos, continuamos reafirmando que a melhor solução para o banco, para a Previ e para o funcionalismo é uma negociação que equacione todos os interesses, mas, infelizmente, não parece ser essa a expectativa da empresa", concluem os diretores. A íntegra da nota está no site www.bancariosdf.com.br.

A nota dos dirigentes foi divulgada seis dias depois que eles mais os conselheiros deliberativos eleitos, entre os quais o diretor do Sindicato José Wilson da Silva, haviam enviado ofício ao presidente do BB, Rossano Maranhão, pedindo audiência para discutir a redução da Parcela Previ e a restauração do estatuto da Caixa de Previdência, modificado autoritariamente pelo governo FHC em 2002.

Sindicato reivindica e BB aceita fazer campanha contra gripe

Após reivindicação do Sindicato, o BB comprometeu-se a fazer uma nova campanha de vacinação contra a gripe neste ano e em 2006, como ocorreu em 2004. No ofício, o banco afirma que após o terceiro ano consecutivo de vacinação, o projeto será reavaliado tecnicamente.

Assim que a Cassi concluir os preparativos neces-



sários para a realização da campanha, o BB iniciará a vacinação. Ainda de acordo com o ofício, dependendo da análise e avaliação dos resultados, o banco e a Cassi poderão ampliar a base de vacinados ou optar pela extinção do projeto.

No último dia 5, o secretário de Saúde do Sindicato José Pacheco participou de

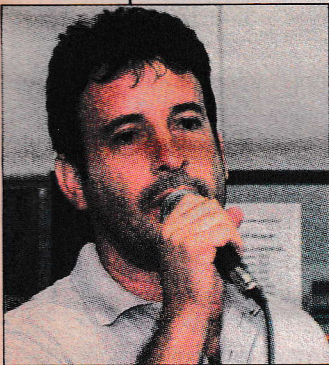
reunião com representantes do BB e da Cassi para debater o assunto. Em março, o Sindicato encaminhou ofício à Dires/Diage (Diretoria de Responsabilidade Sócio-Ambiental / Divisão de Apoio à Gestão) do BB. Também em março Pacheco participou de reunião na sede do banco para cobrar a volta da campanha de vacinação contra a gripe.

Contra a 7^a e 8^a horas

A assessoria jurídica do Sindicato informa que continua recebendo pedidos de ações contra a Caixa para garantir o cumprimento da jornada de 6h de trabalho para cargos técnicos. Para isso, os advogados do Sindicato estão à disposição para agendamento de plantões especiais ao final da tarde e sábados programados – como foi feito no caso do anuênio do Banco do Brasil. Detalhes pelo telefone 346-9090.

“Os bancários interessados em entrar com processo não precisam temer retaliação da Caixa”, garante **Carlos Evaristo**, diretor do Sindicato, rebatendo informações de que os bancários

que movessem ação correriam risco de perder a função. A garantia, segundo ele, veio da própria Caixa em rodada de negociação ocorrida em 14 de março.



Fique informado

A jornada de 6h para o bancário é assegurada em lei no artigo 224 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), fruto da organização da categoria e das condições em que o trabalho é prestado. A redação atual do artigo é a seguinte:

Art. 224 - A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal será de 6 (seis) horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 (trinta) horas de trabalho

por semana. (Redação dada pela Lei nº 7.430, de 17.12.1985)

§ 1º -----

§ 2º - As disposições deste artigo não se aplicam aos que exercem funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes, ou que desempenhem outros cargos de confiança, desde que o valor da gratificação não seja inferior a 1/3 (um terço) do salário do cargo efetivo. (Parágrafo incluído pela Lei nº 1.540 de 3.1.1952 e alterado pelo Decreto-lei nº 754, de 11.8.1969)

Dessa forma, a manutenção da jornada de 6h não precisa compor o campo de reivindicações da categoria, apesar dos constantes tentativas de transformar o excepcional em habitual.

De acordo com a assessoria jurídica do Sindicato, essa questão somente vem ganhando espaço por causa das possíveis interpretações distintas atribuída à redação do parágrafo 2º do artigo 224. A principal delas vem do meio empresarial, com ação deliberada para reestruturar e reduzir ainda mais os gastos com contratação de pessoal, criando cargos de chefia ou equivalentes, e ampliando o conceito de confiança.

Confira o que já está configurado em Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST):

(DES)Caracterização do cargo de confiança:

Depende de prova específica das atribuições do empregado (Enunciado 204)

Gerente de agência:

Tem jornada legal de 8 horas¹. Receberá além da oitava, se comprovar que as re-

aliza (Enunciado 232)

Gerente geral de agência:

Não está sujeito a limites de jornada (aplicação do artigo 62 da CLT). – (Enunciado 287)

Caracterizado o cargo de confiança:

Jornada de 8 (oito) horas diárias, recebendo as horas extras além da 8a, se as fizer e provar.

Descaracterizado o cargo de confiança:

Jornada de 6 (seis) horas diárias, recebendo as horas extras além da 6a. O acréscimo de 1/3 ou da gratificação correspondente será considerado salário, nos termos do Enunciado/Súmula 102 do TST.

Segundo os advogados, a pedra angular está na existência ou não de subordinados e de trabalho que se insere no campo de fidúcia especial para a consecução dos objetivos do empregador. “Não se pode confundir com a fidúcia (exigida de todos). Exemplo é o caixa que atende o cliente do banco, opera com valores, acessa dados confidenciais e, nem por isso poderá ser considerado cargo de confiança”, esclarecem os advogados.

Confira no site do Sindicato (www.bancariosdf.com.br) quais os procedimentos para entrar com o processo, e as vitórias obtidas pelo Sindicato.

¹ Ressalvado, sempre, os casos de fraude. Se o empregado tem apenas nominalmente a função de gerente, mas, na prática, exerce atividade normal, sem subordinados e sem atribuições de gerência, deve fazer prova individual desse fato e recair no Enunciado 204. Essa ressalva vale para todas as demais situações.

Brasília e o

Sindicato,

Foto: Arquivo Público do DF



duas histórias que se cruzam

Brasília começou do zero. No Sítio Castanho – gleba (alinhamento correspondente à via pública de circulação) desapropriada para construção do Plano Piloto –, tudo era expectativa, sonho e esperança. O desafio era fazer. Construir. Criar. A cidade, que nasceu do gesto simples de quem assinala um ponto ou dele toma posse, ganhou forma e vida. Ultrapassou a fase crítica dos saudosistas do Rio de Janeiro. A capital quase retornou ao litoral. Sobreviveu às crises políticas dos anos sessenta. Consolidou-se na década de setenta e hoje atinge a maturidade com os problemas típicos das grandes cidade brasileira.

Referência mundial na arquitetura e no urbanismo modernistas, Brasília, que tem um pai chamado Juscelino Kubitschek e é filha dos anos 50, completa 45 anos nesta quinta-feira. Para comemorar a data, o Informativo Bancário preparou uma reportagem especial que busca resgatar a importância do Sindicato nas lutas históricas que tiveram como palco a capital federal.

Ao mesmo tempo em que os funcionários públicos transferidos e os candangos – operários que construíram a cidade sob uma rotina dolorosa de mais de 15 horas por dia e ainda enfrentavam a violência da polícia –, chegavam à cidade, era criada a Associação dos Bancários, que mais tarde deu origem ao Sindicato.

Na época, a consolidação de Brasília – irmã da bossanova, da poesia concreta, da lambreta, do biquíni, da indústria automobilística, da seleção brasileira campeã na Suécia, com Garrincha, Pelé,

Zagalo, Gilmar, Beline e Didi –, era uma dúvida.

Mas a sociedade e os trabalhadores já se organizavam, e a então Associação dos Bancários, com sede na 712 Sul, era um dos locais onde eles se reuniam. Em 1961, o Ministério do Trabalho havia autorizado o funcionamento do Sindicato. Adelino Cassis e Édio Custódio, aposentados do Banco do Brasil, e Alvimar, foram alguns dos bancários que ajudaram a fundar o Sindicato. Em 1962, o Sindicato atendia a categoria no Setor Comercial Sul, edifício Arnaldo Villares, 7º andar.

Mais tarde, o Sindicato, contando com a colaboração de seus associados, comprou todas as salas do 7º andar do Arnaldo Villares. Hoje (2005), o telefone do Sindicato é 346-9090 (com sete dígitos). Em 1961, o bancário ligava para o número 24-9563 (com seis dígitos).

1964 chegava e com ele a Ditadura Militar anunciava os “anos negros” da história recente do Brasil. Sob o comando dos militares, o país conheceu a censura. Interventores foram designados para o Sindicato. Mesmo assim, com a polícia na porta e vigiando os passos dos sindicalistas, a categoria esteve representada na histórica invasão da Universidade de Brasília (UnB) pelos militares.

De 60 a 70 Brasília teve uma taxa de crescimento da população extraordinária (283,5%). Ao ano, a nova capital crescia 14,4%. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Acompanhando o desenvolvimento da cidade, o Sindicato consolida-se como um dos mais importantes do Distrito Federal.

O Sindicato participa ativamente das grandes manifestações coletivas do final dos anos 1970 e início dos

1980 – tais como o movimento estudantil, a campanha da anistia, as grandes greves, o movimento pró-PT e pela fundação da CUT. A sociedade buscava mudanças. A população queria o restabelecimento do direito do voto direto.

“Abertura política” é a expressão usada para designar o processo de transição do Regime Militar de 1964 para uma ordem democrática, ocorrido no Brasil entre meados da década de 70 e o ano de 1985. Entre 1980 e 1981, prisões de líderes sindicais da região do ABC paulista, atentados terroristas na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e no centro de convenções do Riocentro, no Rio de Janeiro, revelam as grandes dificuldades da abertura.

Após liderar movimentos históricos – Diretas Já (1984) e do *impeachment* do então presidente da República, Fernando Collor (1992) – o Sindicato muda de sede em 1995. Com 3.860 metros quadrados, a nova sede foi inaugurada em 30 de junho, na gestão da então presidente do Sindicato, Erika Kokay, hoje deputada distrital.

“O Sindicato participou dos grandes movimentos por liberdade, democracia e justiça”

Maior área verde do planeta

Pessoas de diversos pontos do Brasil identificaram em Brasília, rapidamente, o elevado índice de qualidade de vida. E vieram para cá em busca de novas expectativas. Brasília é a cidade com maior área verde por habitante do planeta. O Eixo Monumental, via mais importante da cidade, é a avenida mais larga do mundo.

Em 1987 Brasília tornou-se Patrimônio Cultural da Humanidade. Foi a primeira cidade moderna (e totalmente projetada) a entrar na lista da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). As linhas traçadas por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer foram tombadas por representar o modernismo na arquitetura.

População

Brasília tem 28 cidades-satélites, hoje denominadas regiões administrativas. Com 344.039 habitantes, Ceilândia é a cidade mais populosa do Distrito Federal, seguida de Taguatinga (243.575), Brasília (198.422), Samambaia (164.319), Planaltina (147.114), Gama (130.580) e Sobradinho (128.789).

Missão Cruls

Em 1763, ainda no Período Colonial, o Brasil passou a ter uma nova capital: a cidade do Rio de Janeiro (anteriormente, era Salvador). Entretanto, naquele mesmo século, circulava a idéia de levar a capital para o interior da colônia, retirando o centro do poder da região litorânea. Entre as cidades cogitadas para se tornar a nova capital, estavam as mineiras

São João Del Rey e Paracatu e a goiana Formosa.

Já na fase imperial da história brasileira, o próprio Patriarca da Independência, José Bonifácio, defendia a transferência da capital para a mineira Paracatu. Mas a mudança começou a sair do papel em 1891, quando essa alteração foi colocada na própria Constituição brasileira, que determinava a reserva de uma área de 14.400 quilômetros quadrados para abrigar a nova capital. Estava dado o pontapé inicial para a construção de Brasília.

Em 1892, o presidente Floriano Peixoto formou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, que ficou conhecida como Missão Cruls e demarcou a localização atual de Brasília.

A partida

Em junho de 1892, a missão partiu do Rio de Janeiro

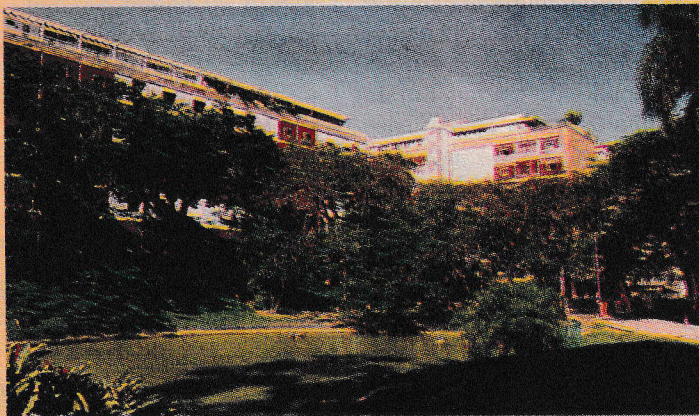
com a finalidade de demarcar a área do futuro Distrito Federal. Durante sete meses, 22 pessoas percorreram 14 mil quilômetros, realizando demarcações de área e registrando dados sobre a fauna, a flora e os hábitos dos moradores do sertão brasileiro.

A liderança da expedição coube ao engenheiro belga e estudioso de Geografia e Astronomia Louis Ferdinand Cruls, que chegou ao Brasil em 1874, seduzido pelas informações que obtivera de estudantes brasileiros na Bélgica.

Apesar de essa missão ter demarcado o quadrilátero onde seria a futura capital brasileira, demorou décadas até que a construção desta fosse concretizada, pois foi somente no governo de Juscelino Kubitschek que houve determinação política e vontade suficiente para que a capital deixasse o Rio de Janeiro e fosse transferida para Brasília.

CURIOSIDADES

- O conjunto residencial do Parque Guinle, no Rio de Janeiro, é considerado um precursor das superquadras de Brasília. Os edifícios localizados na entrada do Parque (ver foto) têm inclusive uma arquitetura externa semelhante à de uma das quadras originais do Plano Piloto, a SQS 105.



- A “Mensagem de Anápolis”, propondo a construção de Brasília, poderia ter sido a “Mensagem de Goiânia”. Em sua primeira viagem à Amazônia, Juscelino devia passar por Goiânia, onde seria assinada a mensagem ao Congresso Nacional. Porém, o mau tempo fez com que o avião aterrisasse em Anápolis.
- No começo, a arborização da cidade era feita com muitas espécies de árvores, como flamboyants, espatódias e sibirunas, que hoje não são mais plantadas, embora ainda embelezem grande parte da cidade. Hoje em dia, só são plantadas as chamadas “espécies do cerrado”.

Outras cidades planejadas

Além de Brasília, muitas cidades foram concebidas e construídas especificamente para serem capitais de seus respectivos países. Entre elas Washington, Canberra e Islamabad.

A construção de Washington iniciou-se no final do século XVIII, e a cidade passou a ser a capital dos Estados Unidos em 1800.

Canberra começou a ser construída em 1913, e foi declarada capital da Austrália em 09 de maio de 1927. O plano urbanístico de Canberra foi escolhido entre 137 projetos apresentados em concurso internacional. O arquiteto Walter Burley Griffin, cujo projeto foi vencedor, disse que Canberra deveria ser “uma cidade diferente de qualquer outra no mundo”.

Islamabad é um pouco mais recente que Brasília. A cidade foi designada

como a futura capital do Paquistão em decreto de 1959. O plano da cidade foi elaborado em 1960 por M/s. Constantinos Doxiades, uma firma grega de arquitetos. A construção começou em outubro de 1961. A vida como capital se inicia em 26 de outubro de 1966, quando passa a funcionar o primeiro edifício governamental em Islamabad.”

Ao contrário de Brasília, as três cidades foram construídas próximas a grandes cidades pré-existent. Canberra fica a 244 km de Sydney, e Washington a 327 km de Nova Iorque. Islamabad é tão próxima à Rawalpindi (uma importante cidade paquistanesa) que as duas são consideradas cidades-gêmeas. Brasília, por outro lado, está a 931 km do Rio de Janeiro e a 870 km de São Paulo.

BB construiu as quadras 303, 308, 114 e 714 Sul

Às 9 horas do dia 24 de maio de 1960 – 1 mês e 3 dias após a inauguração oficial da nova capital do Brasil –, chegava a Brasília o bancário aposentado do Banco do Brasil Édio Custódio. Prestes a completar 80 anos e casado com Maria Aparecida Soares há 56 anos, o pioneiro voltou ao passado e contou um pouco sobre sua vinda para a nova capital.

Durante uma viagem a trabalho ao Paraná em 1959 – um ano antes da fundação de Brasília –, Custódio foi convidado pelo chefe de gabinete da Carteira de Crédito Geral do BB Mozart da Silva para integrar uma representação de bancários para a nova capital.

Custódio desembarcou no meio do Cerrado com a expectativa de contribuir para o desenvolvimento de Brasília. Na época, a 303 Sul abrigava os alojamentos e uma AABB (Associação Atlética dos Funcionários do Banco do Brasil) provisória. “As instalações para os bancários eram muito confortáveis. JK, que costumava visitar o local com frequência, já chegou a dormir no alojamento”, lembra.

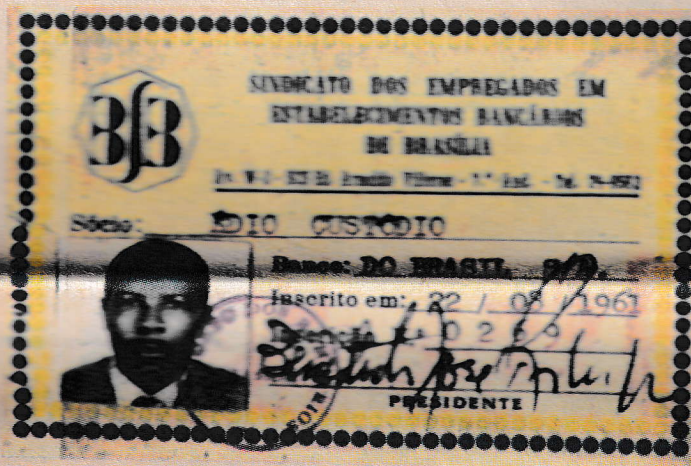
Apesar dos alojamentos ficarem na Asa Sul, a única agência do BB funcionava no Núcleo Bandeirante, também conhecida como “Cidade Livre”. Foram tempos difíceis para Custódio. Sem o apoio da mulher e dos quatro filhos (Célia Regina, Maria da

tos e casas –, é que Custódio decidiu trazer a família para a nova capital. Ainda hoje o bancário aposentado mora no bloco D da 714. E não foi somente essa quadra residencial que o BB construiu para seus funcionários. As quadras 114, 303 e 308

que ajudaram na criação do Sindicato, Custódio nunca foi diretor da entidade. “Não foi por falta de convite que integrei a diretoria do Sindicato”. A Ditadura Militar talvez tenha sido um dos motivos pelo qual o aposentado não se interessou em participar ativamente do movimento. Na saída do Sindicato, em 1964, os militares quebraram uma das costelas de Custódio.

Antes de se tornar bancário, Custódio trabalhava, desde os 9 anos, numa fazenda em Campos (RJ). O bancário ingressou no BB em 1954 com a função de contínuo de gabinete. Em 1976, após 40 anos de trabalho, se aposentou no banco com a função de investigador de cadastro.

Custódio não é um apaixonado por Brasília. Diz que se tiver oportunidade volta para o Rio de Janeiro, onde ainda mantém um apartamento no bairro das Laranjeiras. “Tenho uma imensa gratidão por Brasília. Todos os meus filhos concluíram cursos superiores aqui, sonho que não consegui realizar no Rio”, completa.



Édio chegou em Brasília em 1960 e ajudou a fundar o Sindicato

Penha, Suely e Paulo) e sem as belas paisagens do Rio, o bancário tinha que se conformar com a ventania devastadora do Cerrado.

Somente em 1962, quando o Banco do Brasil concluiu a construção da 714 Sul – quadra com apartamen-

também projetadas e construídas especialmente para o funcionalismo do banco. “Isso mostra o quanto os funcionários do Banco do Brasil eram valorizados. Era um glamour ser do banco”, destaca Custódio.

Apesar de ter sido um dos

BRB foi fundado em 1966

O Banco de Brasília (BRB) foi fundado em 1º de setembro de 1966. A primeira agência, a Central, funcionava no prédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes). O primeiro presidente do BRB foi Paulo Limírio Malheiros.

Fundamental para o desenvolvimento regional, o BRB quase foi privatizado no governo FHC junto com outros bancos estaduais. A privatização foi barrada pela atuação firme do Sindicato dos Bancários e das forças progressistas do Distrito Federal.

Foto: Arquivo BRB



Caixa liberou financiamentos para criação da UnB

Foto: Arquivo Caixa

Brasília foi inaugurada em condições precárias, e ainda faltava muito para se tornar uma grande metrópole. Era natural, portanto, que os servidores públicos, entre os quais os bancários, resistissem à mudança, planejada pelo governo para ocorrer de forma lenta e gradual. A primeira leva deveria incluir 30% dos funcionários de todos os órgãos públicos, tanto da administração direta quanto da indireta, caso na qual a Caixa se incluía.

A primeira agência da Caixa Econômica em Brasília foi a da 504 Sul – Bernardo Sayão. A unidade foi inaugurada em 2 de agosto de 1960. Já a Matriz começou a ser construída 15 anos após a inauguração da capital.

A Matriz, com 21 andares e 83 metros de altura, possui formas circulares, “fatiadas” por grandes estruturas externas horizontais de concreto. Há um grande espaço no centro do prédio, ocupado pelas escadarias que conduzem ao topo.

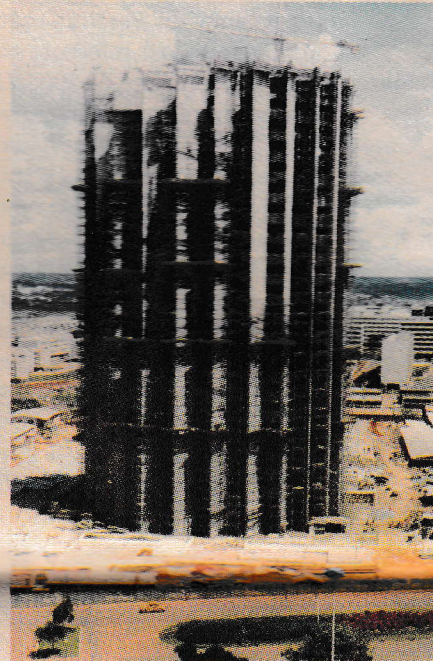
No mesmo ano da construção da Matriz (1975), a Caixa inaugurou a agência do Conjunto Nacional, o primeiro shopping center da cidade, e a do centro de Taguatinga, uma das mais importantes cidades-satélites do Distrito Federal.

Muito antes da inauguração da primeira agência e da Matriz, os economiários – como eram denominados os bancários da Caixa –, trabalhavam em ônibus, adapta-

dos para servir como verdadeiras agências bancárias. Os veículos estacionavam, uma vez por semana, nos canteiros de obras da capital para atender os candangos.

O bancário aposentado da Caixa Antônio Marques lembra que o banco teve um papel importante para o desenvolvimento de Brasília. “As verbas da Caixa estiveram presentes na pavimentação de viadutos, na construção do aeroporto, escolas, hospitais e clubes”, lembra o aposentado de 78 anos.

A Caixa também contribuiu, por meio de financiamentos, para a criação da Universidade de Brasília (UnB) e do Ceub, hoje UniCeub – Centro Universitário de Brasília.



Construção da Matriz foi iniciada em 1945

Brasília será sede de congresso das centrais sindicais das Américas

Brasília sediará, de 20 a 23 de abril, o XVI Congresso Continental da CIOSL/ORIT (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres/Organização Regional Interamericana de Trabalhadores), que reunirá representantes das principais centrais sindicais de 29 países das Américas. É a primeira vez que um congresso da CIOSL/ORIT é realizado no Brasil.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participante ativo da CIOSL/ORIT em seus tempos de militância na CUT (Central Única dos Trabalhadores), confirmou presença na abertura oficial do Congresso, no dia 20. O evento contará também com a minis-

tra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, como palestrante.

Os debates começam nos dias 18 e 19, antes mesmo da abertura oficial do evento. Temas relevantes para o sindicalismo nas Américas serão analisados por grupos de discussão.

Em busca de idéias novas

Três eixos principais serão considerados pela CIOSL/ORIT no combate à escassez de idéias originais. O primeiro envolverá a discussão de um novo conceito, o de Socie-

dade de Trabalho, construído para enfrentar o modelo que prevalece atualmente de Sociedade de Mercado. O segundo eixo será a discussão sobre como o Estado deve atuar, em matéria de políticas públicas, em relação ao trabalhismo e às questões sociais. O último eixo trata de uma reforma interna dentro das próprias organizações sindicais.

“Vislumbramos hoje alternativas ao neoliberalismo, cada vez mais questionado, não somente por parte dos setores sindicais e outros da sociedade civil, mas também por alguns governos que se afastam, ainda que seja em ‘zigue-zaque’, deste modelo neoliberal. Então devemos

responder ao momento em que vivemos e ao futuro com uma proposta alternativa de sociedade e uma nova proposta para o papel do Estado. Devemos reconhecer também que são necessárias reformas no âmbito sindical, auto-reformas, para fazer frente aos desafios”, sintetiza o secretário-geral da CIOSL/ORIT, Victor Báez.

A CIOSL foi criada em 1949, em Londres, e tem 233 organizações filiadas em 154 países, com 145 milhões de membros em todo o mundo, 40% dos quais são mulheres. A ORIT é o braço da CIOSL nas Américas. Foi criada em 1951, no México, e se reúne pela primeira vez no Brasil.

Bancários aguardam proposta do BRB sobre PPR e PCS

Muitos funcionários têm perguntado sobre os termos do PPR (Programa de Participação nos Resultados) referente ao primeiro semestre de 2005. O Sindicato informa que tem se posicionado pela necessidade da revisão do PCS (Plano de Cargos e Salários), como forma de resolver a defasagem salarial complementada, em parte e provisoriamente, pelo PPR. "Sempre defendemos que essa é a prioridade, apesar de compreendermos e respeitarmos com serenidade as decisões das assembleias que, premiadas pelo raciocínio do 'menos pior', têm aceito o PPR, mesmo reconhecendo-o como substituto salarial", argumenta André Nepomuceno, diretor do Sindicato.

Segundo ele, como está, o PPR é um mecanismo que, no final das contas, interessa muito mais a uma visão restrita da diretoria do BRB. Não é segredo que o banco ganha com a ausência de incorporação salarial, com o incentivo fiscal, com maior sobretrabalho pela metas e com o pa-

gamento parcial (conforme atendimento) e semestral. No início de 2005, o banco estabeleceu unilateralmente as metas para o programa no primeiro semestre deste ano, mas, até o presente momento, não há proposta por escrito dos termos.

"O Sindicato considera que mais este descuido – ou será puro descaso? –, da direção do BRB só contribui para clarear a necessidade de um novo PCS pautado por critérios de valorização profissional para toda a tabela de cargos, AG's e FG's, sem resvalar para uma visão amadora ou limitada, locada, por exemplo, no ajuste ou minimização de custo com pessoal", avalia João Batista Machado, diretor do Sindicato.

O BRB precisa gastar bem em todas as áreas, potencializar despesas de custeio e investimento (para o que não é modelo o caso da Informática), para permanecer e avançar, além das contas cativas, na forte concorrência do sistema ban-

cário. Se insistir em hesitar na valorização de sua maior e melhor fonte de funcionamento e credibilidade, tenderá cada vez mais à descontinuidade administrativa e operacional. E não há tempo a perder.

Exemplo patente desse aspecto negativo é a altíssima rotatividade entre os novos, bem como o alto grau de insatisfação entre os mais experientes, beirando muitas vezes à frustração e à conseqüente desmotivação que os tem levado também à saída. Quem sai leva consigo toda uma perspectiva de carreira e experiência que deveria estar em pleno serviço da evolução do banco público de Brasília.

Não é de estranhar que o banco esteja forçado a realizar novo concurso, pois, com o término precoce da lista de concursados recentes, já não dá mais para suprir a dotação de pessoal necessário.

Se isso vier a se materializar antes de um novo PCS só revelará a inércia da direção do banco. É por essa e por

outras que o Sindicato, após reunião realizada em 17 de março com delegados sindicais aberta a todos os funcionários, faz circular **abaixo-assinado** pela agilidade e pelo profissionalismo na apresentação e implementação de um novo PCS.

Isso após o presidente do BRB ter recusado a participação dos funcionários desde a origem na formulação do PCS, mas se comprometido, em ofício respondido ao Sindicato, a apresentá-lo após a conclusão dos estudos técnicos.

Cabe a ele, e à diretoria do BRB, a iniciativa de regularizar o PPR do primeiro semestre de 2005, para haver transparência e mínima reciprocidade na relação de cumprimento das metas propostas.

Caberá ao Sindicato cobrar, na eventual assinatura do termo do referido PPR, o compromisso expresso do banco em apresentar um novo PCS efetivo e eficiente, com prazo determinado para sua implementação.

Grandes outras despesas administrativas, mas e o pessoal?

Não bastasse o BRB ser recordista nesta rubrica de ODA em relação a todos os outros bancos (o que não se configura quanto aos resultados de rentabilidade), este inchaço não vem somando, mas provavelmente gerando muito "desperdício".

Que dizer da publicidade farta, dos patrocínios cavalares, e de outras subcontas, mas sobretudo de contratos milionários na terceirização da informática (108 milhões só na automação do

auto-atendimento). Procedimento que, não obstante o altíssimo custo, além de não resolver, vem agravando o funcionamento dessa área estratégica e, por extensão, o atendimento e a imagem do banco.

"O pior é que o banco não explica nem justifica, interna ou externamente, e quem paga o pato, amargo, junto à clientela e se desgasta na rotina de serviços é o conjunto dos funcionários, particularmente os das pon-

tas de atendimento", explica Nepomuceno.

Como se vê, a demora do BRB em implantar novo PCS não pode se apoiar na contenção e racionalização de outros custos.

Auxílio-educação

Paralelamente ao abaixo-assinado pela revisão do PCS, o Sindicato faz circular um outro, reivindicando a ampliação dos cursos e a extensão

a todos os funcionários do auxílio-educação.

Trata-se de um benefício indireto que caberia ao BRB, com uma pequena dose de boa-vontade, considerar como investimento.

Disponibilizar ainda mais qualificação ao quadro de trabalhadores, ao contrário de insistir numa visão limitada de fixação no corte do custo, pode e deve ser encarado como inteligência para evitar o custo do corte.

BRB

Comissionamentos

O Sindicato cobra da direção do BRB mudanças no processo de seleção dos cargos comissionados – que hoje prioriza o processo de identificação de perfil, porém abre brecha para permitir indicação aleatória. “Isso ocorre devido à falta de clareza no processo de indicação de ocupantes efetivos destas funções”, explica o diretor do Sindicato, Antonio Eustáquio.

A moderna técnica de administração aponta que a melhor forma de ocupação de funções comissionadas é via a identificação de perfil aberta a todos os interessados que preencham os pré-

requisitos necessários para a função. Na avaliação do diretor do Sindicato, esse é um meio democrático que propicia ao banco identificar o melhor funcionário que certamente dará o melhor retorno para a empresa – algo difícil de ocorrer na indicação pura e simples.

“O processo atual de seleção está coberto de subjetividades, o que é incompatível com a objetividade que deve pautar a seleção para identificação dos melhores quadros de que o banco necessita para ocupação de suas funções de confiança”, afirma Antonio Eustáquio.

Corumbá IV

Com o apoio do Fórum em Defesa das Estatais do Distrito Federal, e por iniciativa da Bancada do PT, a Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa aprovou a convocação dos presidentes do BRB, da Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Casb), da Companhia Energética de Brasília (CEB) e da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) para explicar os investimentos que estão sendo alocados para a construção da barragem de Corumbá IV.

“A convocação é mais uma etapa na luta em defesa do patrimônio da sociedade e dos trabalhadores das empresas públicas do DF, na qual a bancada está desde o início junto com os respectivos sindicatos”, diz a deputada Erika Kokay, líder do PT na Câmara Legislativa.

Ainda foi aprovado um convite para que os presidentes dos fundos de pensão dessas empresas, respectivamente, Regius, Faced, Fundiágua e Funterra, também compareçam à audiência. Essa diferenciação se

faz porque os presidentes das estatais são obrigados a atender à convocação e os presidentes dos fundos não se sujeitam a essa obrigatoriedade, pois a Câmara não tem prerrogativa sobre assuntos relacionadas aos fundos de pensão.

A convocação foi aprovada no último dia 6 de abril e os presidentes das estatais têm 30 dias para comparecerem à Câmara. A audiência vai solicitar explicações sobre a aplicação de recursos dos fundos na empresa privada Corumbá IV.

O Sindicato espera que o presidente BRB, obrigado a comparecer, e o presidente da Regius (não é obrigado, porém seria bom que comparecesse) expliquem melhor esse investimento. “Conforme o Sindicato já divulgou, anteriormente, a aplicação pode se tornar um grande problema para a Regius e há no mercado opções bem mais seguras, líquidas e ainda com maior rentabilidade que a proposta neste negócio”, conclui Eustáquio.

PRIVADOS

Em protesto, Sindicato exige mais segurança em agência do Citibank

O Sindicato realizou no último dia 5 uma manifestação em frente à agência do Citibank do Setor Hospitalar Sul (foto), paralisando as atividades bancárias em 1 hora – das 11h ao meio-dia –, em protesto contra a falta de segurança no local. Em menos de dois meses a agência já registrou dois assaltos, e nenhuma medida concreta para coibir ações dessa natureza foi adotada pela direção da empresa.

Pressionado, o banco procurou o Sindicato durante a manifestação e aceitou dialogar. De acordo com Edmilson, a gerente responsável pela agência, Érica Andrade, e o Supervisor de Segurança, João Sá, informaram

durante a reunião que, tão logo termine o processo de licitação, a unidade passará por reformas para atender à reivindicação dos bancários. Até lá, quatro homens vão garantir a segurança no local. Eles informaram ainda que estão providenciando a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) a todos os funcionários.



Furtada agência do Unibanco

Representando o Sindicato, o diretor Washington Henrique cobrou, no dia 14, durante reunião com a representante do Unibanco em Brasília, Andréa Souza, mais segurança para a agência do Carrefour Sul. No último dia 8 um homem, que se identificou como funcionário da manutenção do hipermercado, furtou objetos pessoais dos bancários. Procurado pelo Sindicato, o gerente responsável pela agência Rogério Carvalho disse que o banco res-

sarcirá os funcionários. “A agência do Unibanco do Carrefour Sul não tem câmeras, seguranças armados e nem porta giratória. Esses itens são essenciais para garantir não só a segurança do dinheiro do banco, mas a vida dos bancários”, conclui Washington, informando que o Unibanco comprometeu-se a responder, até o dia 20 de abril, sobre a possibilidade de instalar os dispositivos de segurança na unidade do Carrefour Sul.

Comissões do Itaú, Bradesco e Unibanco reúnem-se dia 20

Veja mais no site www.bancariosdf.com.br

PRIVADOS

Sindicato reinvidica e Bicbanco deve pagar INSS de demitido

Prestes a se aposentar (faltando apenas 1 ano e 4 meses) o gerente administrativo do Bicbanco Milton Romeu de Lima foi demitido pela instituição financeira no início de abril. Pelo acordo coletivo nacional da categoria, o bancário que tiver, no mínimo, cinco anos no banco e faltando apenas 12 meses para se aposentar, não poderá ser demitido.

Preocupado com a situação

do bancário, o Sindicato conversou, no último dia 13, com representantes do Bicbanco em Brasília – Amadeu Josias e Roberli Reinaldo, substituto interino da superintendente do banco, América Martins.

Após a intervenção do Sindicato, o banco se comprometeu a pagar 16 meses – período que falta para Milton se aposentar – de previdência para o bancário. “Como faltava apenas

quatro meses para Milton conseguir a estabilidade, o Sindicato decidiu negociar com o banco uma solução para o caso”, afirma Matuzalém Albuquerque, funcionário do Bicbanco e diretor da Federação dos Bancários Centro-Norte.

Matuzalém lembra que o acordo coletivo dos bancários ainda contém outra cláusula de “pré-estabilidade” para aposentadoria. Pelo acordo, a institui-

ção financeira não poderá demitir o bancário que comprovar 28 anos ininterruptos de serviço e que estiver a 24 meses da aposentadoria.

Para garantir o pagamento da previdência para Milton, o Bicbanco assinou um contrato – à parte ao da sua rescisão –, afirmando o seu compromisso em pagar os meses restantes de INSS para o bancário se aposentar.

Demissões no Unibanco

Em protesto contra as demissões que o Unibanco vem promovendo em todos os estados do Brasil, os bancários de todo o país realizaram manifestações nas agências do banco. No último dia 7, a instituição financeira demitiu, somente no Rio de Janeiro, 300 bancários e ainda encerrou as atividades do 30 horas. Outras centenas de demissões vêm ocorrendo em outras regiões do país.

O diretor do Sindicato e funcionário do Unibanco, Washington Henrique da Silva

lembra que o lucro do Unibanco, em 2004, foi de R\$ 1,283 bilhão. “Por isso não é justificável demitir, em menos de quatro horas, 300 trabalhadores de uma só vez”, afirma o diretor.

O gerente de Relações Sindicais do Unibanco, Wagner Henrique justificou as demissões afirmando que o banco vai centralizar o departamento em São Paulo, “porque os funcionários do Rio de Janeiro andavam muito doentes e o número de afastamento por problemas de saúde era grande”.

Após pressão da categoria, HSBC cria PAP

Depois da pressão dos sindicatos, o HSBC anunciou, no início de abril, a criação do Programa de Apoio Pessoal (PAB). Esse é um investimento que o banco implanta para melhorar o grau de satisfação com seu quadro funcional. O diretor do Sindicato, Paulo Frazão lembra

que a política de RH desenvolvida nos primeiros anos do banco no Brasil “foi muito ruim, o que provocou uma reação dos sindicatos conjuntamente com os trabalhadores, inclusive com greve no caso da bolsa e seguro saúde e, posteriormente, pelo não pagamento da PLR”.

Chapa 2 vence eleições para a Fundação Itaúbanco

Com quase o triplo da votação da concorrente, a Chapa 2 dos ativos – PAC para Todos venceu (com 5.961 votos) as eleições para a direção da Fundação Itaúbanco. Os funcionários do Itaú escolheram André Luis

Rodrigues (titular) e Carlos Augusto M. de Aguiar (suplente) para o Conselho Deliberativo, e Mauri Sérgio Martins de Souza (titular) e Paulo Henrique Santos Fonseca (suplente), para o Conselho Fiscal.

Itaú precisa reavaliar Programa Agir

Após denúncias de que o Programa Agir, do banco Itaú, não é o ideal, o Sindicato vai lutar para que a instituição financeira faça alterações e uma reavaliação do programa. O diretor do Sindicato e funcionário do Itaú Roberto Alves de Souza explica que o Agir impõe metas difíceis de serem atingidas, incluindo a venda de produtos, e também não premia todos aqueles que se

esforçam para o sucesso do programa.

O diretor lembra ainda que o Programa Agir tem causado insônia, estresse e outros tipos de doenças aos bancários. “Alguns funcionários estão tomando remédios controlados para suportar a pressão do banco”, conta Roberto, ressaltando que o Itaú ainda força seus funcionários a requisitarem somente 20 dias de férias.

Além de bancário, eu...



Marceneiro da Arte

Terno, gravata e piano sempre fizeram parte da rotina de Amílcar de Souza desde os mais tenros anos da sua infância. Filho de bancário do Banco do Brasil e de uma pianista, acostumou-se desde cedo ao bê-a-bá do ramo financeiro, de um lado, e das notas e acordes musicais, do outro. O cruzamento aparentemente díspare, porém, não deu outra. Hoje, aos 31 anos, Amílcar é afinador de pianos, uma demonstração inequívoca de como a herança genética dos pais, aliada a um ambiente familiar rico em boa dose de cultivo à cultura, é determinante na escolha do que os

filhos escolhem para si. Funcionário do Banco Real há nove anos, ele aproveita o pouco tempo livre – e nada convencional – de que dispõe para se dedicar ao ofício, que considera a sua maior vocação e que resultou na criação, em 2003, do site temático pianocultura.com.br. “O problema é que só tenho tempo para a página durante a madrugada”, conta Amílcar, num entusiasmo que contagia até os mais leigos no assunto. O objetivo do pianocultura, segundo ele, é justamente divulgar, além de outras manifestações artísticas, a cultura pianística, e desmistificá-la. Saiba como na entrevista a seguir.

Informativo Bancário — Você disse que, apesar de saber tocar, não é pianista. O que é ser pianista?

Amílcar Souza — Eu poderia até dizer que sou pianista, mas nunca estudei piano. Então eu me recuso a dizer que sou, até em respeito aos outros que estudam o instrumento e se formam em música. Não tenho formação pianística, ou seja, não tenho formação didática, técnica, por exemplo.

Informativo — Por que não ser pianista e sim afinador?

Amílcar — Não foi uma opção. Na verdade, com 18 anos, em 1993, eu fui assistir a uma feira internacional de música, que ocorre todo ano em São Paulo, e, passeando por um pavilhão, fui a um stand de uma fábrica de piano, e perguntei se eu poderia fazer um

curso de afinação. O diretor daquela empresa respondeu de imediato que sim.

Informativo — Além de entreter, que outras funções tem o piano?

Amílcar — Ele é um instrumento de inclusão cultural e social.

Informativo — De que forma a música clássica vai incluir socialmente num país em que o erudito tem pouco espaço?

Amílcar — Na verdade o erudito tem muito espaço no Brasil. Ele é pouco divulgado porque isso não interessa. Ou simplesmente porque as pessoas que o fazem não o fazem com a devida eficiência.

Informativo — Como popularizar?

Amílcar — É necessário desmistificar o piano. Ele é um instrumento associado à elite,

porque foi forjado a isso ao longo do tempo. E isso não é verdade. É preciso encarar a música como uma arte e, como toda arte, deve ser trabalhada pelos administradores, para que a educação, no sentido mais amplo, ou a musical, da qual estamos falando, seja ferramenta de inclusão.

Informativo — Como surgiu a idéia do site pianocultura?

Amílcar — O site foi concebido exatamente com a idéia de divulgar a cultura pianística.

Informativo — No site você afirma que trabalha com outras atividades artístico-culturais. Quais?

Amílcar — São anúncios de que a idéia do site é a de divulgar. E para divulgar, desenvolvemos ações que proporcionem o acesso e a inclusão das pessoas no mundo mu-

sical. Em janeiro de 2005, foi acordado com dois shoppings de Brasília, Terraço e Pier 21, duas exposições sobre a evolução do piano. Em maio realizaremos a do Terraço Shopping, que vai durar uma semana. Vamos expor gravuras emolduradas, uma calda de piano e mostrar ao público como que o piano chegou ao desenho atual. No Pier 21, o evento será realizado em setembro ou outubro, falta definir a data, mas vai também ao encontro dessa proposta.

Informativo — Tocar piano é difícil?

Amílcar — Todo instrumento tem o seu grau de dificuldade, desde o saxofone até a harpa. A dificuldade do piano está no seu tamanho, na sua imponentia.

Informativo — Mas estudar 19 anos não mostra que o piano é um instrumento difícil de executar?

Amílcar — Nesse caso, estamos falando da formação mais erudita possível, digamos assim, que é a formação clássica. O piano exige muita dedicação e muitas horas de treino, mas isso também se aplica a outros instrumentos.

Informativo — Um conselho para quem quer estudar piano...

Amílcar — Procurar as escolas que oferecem o curso. Em Brasília temos a Escola de Música, por exemplo, que oferece o curso de formação não só no piano, mas em todos os instrumentos. A UnB é outro ponto de referência, inclusive internacional.

Informativo — Quais seus projetos para o futuro?

Amílcar — Pretendo seguir carreira de afinador.

Saúde do trabalhador deve ser priorizada

A sociedade brasileira ainda convive com altos índices de mortalidade e morbidade por acidentes e doenças decorrentes do trabalho. O problema tem trazido danos irreparáveis à saúde dos trabalhadores e gerando custos sociais elevados para o Estado e a sociedade. A mortalidade anual no Brasil por acidente de trabalho é de 20 mortes para cada 100 mil trabalhadores segurados na Previdência Social.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), **acontecem no mundo 250 milhões de acidentes de trabalho e 160 milhões de doenças profissionais por ano. Os números são ainda mais alarmantes porque a maioria das vítimas é de jovens e adultos com menos de 40 anos em plena fase produtiva.**

As condições inadequadas dos ambientes e processos de trabalho geram fatores de riscos que comprometem a saúde dos trabalhadores.

“Daí a necessidade de ações voltadas para divulgação de conhecimentos, conscientização e esclarecimento da sociedade quanto aos riscos e agravos à saúde decor-

rentes das más condições de trabalho”, afirma o secretário de Saúde do Sindicato, José Pacheco.

Na categoria bancária, são vários os problemas. O primeiro é, sem dúvida, o acidente em si, via de regra causado pela grande pressão por resultados, somada às condições físicas e aos precários instrumentos fornecidos pelo empregador para que o bancário alcance as metas e os resultados.

“O segundo enfrentamento digno de nota diz respeito à dor física. O terceiro, à própria consciência: essa dor deve ou não me afastar do trabalho?”, questiona o diretor.

Com a retração do mercado de trabalho, como há anos ocorre no Brasil, uma vaga formal é protegida com unhas e dentes pelo trabalhador. São inúmeros os casos de bancários que trabalham até o limite da dor, evitando se afastar do trabalho para, entre outras coisas, não perder a função, a comissão ou mesmo o emprego. As consequências desse afastamento tardio são que o tratamento se inicia apenas em um grau já avançado, reduzindo as chances de uma melhora completa do quadro.

O terceiro enfrentamento é com o empregador, que não comunica o acidente de trabalho ao INSS. A não emissão da comunicação de acidente do trabalho (CAT) implica a não concessão ao trabalhador do auxílio doença acidentário, mas o comum, ou previdenciário. Algumas implicações resultam dessa diferença. A primeira é que o segurado não terá o seu tempo de serviço computado durante o seu afastamento. Considerando-se que, no Sindicato, existem bancários afastados há mais de oito anos, a não contagem desse tempo pode trazer implicações devastadoras para o segurado. A segunda implicação é o não recolhimento do FGTS – que é garantido ao afastado do trabalho por acidente, mas não ao afastado por auxílio doença comum. A terceira implicação é a ausência de estabilidade provisória de 12 meses contados a partir do retorno do segurado ao trabalho, o que gera demissão.

“Ora, de que vale ao banco um trabalhador lesionado que não pode render o mesmo que um trabalhador são, sendo que ambos recebem o mesmo salário? Essa lógica

completa a silhueta de perversidade quando o trabalhador é lesionado justamente pelas condições de trabalho que lhe são impostas. Como não existem retaliações sérias às práticas bancárias que lesionam seus funcionários, mais barato e, portanto, melhor para o banco, simplesmente descartar o trabalhador lesionado e contratar outra força ativa no auge da capacidade”, afirma Pacheco.

Quem determina se existe ou não nexos entre o acidente sofrido e o trabalho? A emissão da CAT é determinante. Caso o trabalhador chegue ao posto do INSS sem a CAT, certamente não será caracterizado o acidente. Depois, são os peritos do INSS que, de posse da CAT, darão a última palavra.

Os sindicatos atuam num cenário de deficiências externas, na elaboração de políticas voltadas para a prevenção e proteção da saúde do trabalhador. “Pensando nisto é que pretendemos abrir um espaço de diálogo e propostas para juntos darmos maior visibilidade para uma questão tão importante e séria como a saúde dos trabalhadores”, diz o diretor.

Sindicato fiscaliza condições de trabalho

A Secretaria de Saúde do Sindicato está realizando visitas às agências de todo o DF para verificar as condições de trabalho dos bancários. Estão sendo cheçadas possíveis irregularidades como extrapolação de jornada, ambiente insalubre, infra-estrutura inadequada e medidas tomadas pelos bancos em relação a assaltos.

Constatadas condições de trabalho não adequadas, o Sindicato aciona o departamento competente do banco para tomar as medidas cabíveis.

“Já enviamos vários ofícios ao Banco do Brasil, por exemplo, denunciando as irregularidades e exigindo solução, mas não obtivemos resposta”, diz o secretário de

Saúde José Pacheco Filho.

Em 14 de março, o Sindicato se reuniu com o delegado regional do Trabalho, Pedro Alencar, para tratar do tema. Sem caráter formal, o encontro serviu para colocar a DRT a par dos problemas dos bancários. “Tratou-se mais de uma iniciativa para alertar os banqueiros”, afirmou o secretário.

O Brasil e o FMI

SUBSEÇÃO DO DIEESE/SEEB-DF

O Brasil é um dos países membros fundadores do Fundo Monetário Internacional (FMI), criado em 1945, com o propósito de prestar auxílio financeiro às economias com dificuldade em honrar seus compromissos externos. Quase dez anos depois, o Brasil recorre pela primeira vez ao FMI. Nas décadas seguintes, o país seria um dos principais clientes da instituição. Daí a perceber que essa seria uma relação marcada por vários momentos de tensão foi só uma questão de tempo.

Ao final dos anos 50, registra-se o primeiro conflito, no governo de Juscelino Kubitschek, com a ruptura brasileira do acordo *stand-by*¹ negociado em 1958. O episódio não impediu que durante o regime militar (1964 a 1984), o governo assinasse diversos acordos semelhantes. No entanto, no último ano desse regime, é a vez de o FMI suspender o acordo com o Brasil, pelo não cumprimento das metas combinadas. Entende-se que o aporte de recursos do Fundo numa economia pressupõe o cumprimento das obrigações pactuadas com a instituição. Logo, se um país decide recorrer à ajuda financeira do FMI o fará consciente de estar buscando uma saída dentro das condições exigidas pelo organismo.

No entanto, o pior ainda estava por vir. Alguns anos mais tarde, diante da incapacidade de pagamento, o governo brasileiro declarou moratória em fevereiro de 1987. A partir daí, o fluxo de capital estrangeiro passou ao largo da economia nacional. O seu paulatino retorno foi resultado de um exaustivo período de entendimento do governo com os credores internacionais, culminando com a suspensão oficial da moratória nos primeiros meses de 1994². Tanto a moratória como os fatos que a antecederam trouxeram sérias implicações à qualidade de vida da população brasileira, a quem é transferido o ônus desse período.

Em dezembro do mesmo ano, a economia nacional sofre as consequências da crise do México. Diante disso, o governo adota algumas medidas econô-

micas com vistas a estancar a fuga de capitais. Entretanto, a crise no Sudeste asiático em 1997, e a moratória da Rússia em 1998, provocaram sérias turbulências na economia mundial, afetando sobremaneira os países emergentes. No Brasil, os reflexos foram percebidos na baixa incontida das reservas cambiais, que diminuíram de US\$ 70 bilhões para US\$ 42 bilhões num intervalo de quatro meses (julho a outubro de 1998). Para acabar com o pânico e, ao mesmo tempo, manter a todo custo a âncora cambial, no segundo semestre de 1998 o governo inicia as negociações com o Fundo Monetário Internacional. Além desse, o Brasil assinou mais dois acordos *stand-by* durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (2001 e 2002).

À semelhança de outras negociações, essa também exigiu uma contrapartida do governo brasileiro, com assinatura de um termo de compromisso com o FMI, que resultou num profundo ajuste fiscal. Desde então, o governo superou a cada ano a meta de superávit fiscal³ exigida pelo Fundo. Por outro lado, à exceção dos anos 2000 e 2004, o país continuou amargando inexpressivas taxas de crescimento econômico, com impactos negativos sobre o emprego e a renda do trabalhador.

Em 2003, com a mudança de governo, o acordo negociado no ano anterior foi renovado por mais um período, permanecendo em vigor até março de 2005, quando finalmente o governo Lula optou pela não-renovação. De acordo com a exposição de motivos do Ministério da

Fazenda, essa decisão foi possível diante da redução da vulnerabilidade externa do país, conquistada a partir da recuperação de alguns indicadores econômicos. Entre esses, pode-se citar a redução da relação dívida pública/PIB e a expansão do comércio exterior, que, de um lado, melhorou visivelmente a relação dívida externa/exportações, e de outro gerou saldo positivo na conta de transações correntes, além

de abrir caminho para a recomposição das reservas internacionais.

Na percepção de alguns analistas, com essa decisão o Brasil garante um grau de liberdade maior no manejo da política econômica, uma vez que não tem mais a obrigação de prestar contas ao FMI a cada período. Isso pode significar uma flexibilidade na meta de superávit primário, permitindo uma redução nas despesas com juros da dívida e, com isso, liberar recursos adicionais para projetos sociais e investimento público.

Sobre isso, já existe um entendimento anterior com o Fundo de um projeto-piloto que prevê a liberação de uma parte do superávit para investimento em infraestrutura. A idéia é criar, assim, um ambiente favorável à expansão da atividade produtiva, com geração de postos de trabalho e recuperação da renda.

Outros analistas acreditam que o mercado financeiro continuará freando a liberdade de ação das políticas públicas, em face da dependência brasileira do capital internacional. Desse modo, como a meta de superávit primário oferece uma blindagem ao capital financeiro, priorizá-la implica uma sinalização positiva para o mercado⁴. Assim, as diretrizes outrora definidas continuarão presentes. Portanto, é de se prever que os investidores estrangeiros permanecerão vigilantes a qualquer sinal de mudança no rumo da economia.

Enfim, se de um lado o Brasil pôde abrir mão da ajuda financeira do FMI, de outro não poderá fazê-lo em relação aos demais agentes econômicos, sobretudo no atual ciclo de financeirização da riqueza.

1 Stand-by é um empréstimo semelhante ao cheque especial, que pode ser usado em caso de emergência. Ao mesmo tempo, funciona como um selo de qualidade às políticas econômicas referendadas pelo FMI.

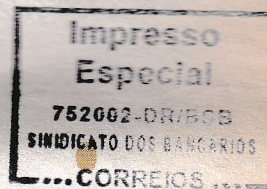
2 O Brasil foi o último país latino-americano a renegociar sua dívida externa.

3 Receitas menos despesas correntes, sem incluir os gastos com juros. Noutras palavras, trata-se de uma economia destinada ao pagamento dos juros da dívida pública.

4 A esse respeito ver recomendação do Institute of International Finance (IIF), conforme o jornal "Valor Econômico" 07/abr - C-7

“O mercado financeiro continuará freando a liberdade de ação das políticas públicas”

“Os investidores estrangeiros permanecerão vigilantes a qualquer sinal de mudança”



Sindicato participa de seminário sobre juventude e inclusão

O Sindicato participou, entre os dias 11 e 13, do I Seminário Nacional Juventude, Sindicalismo e Inclusão Social, promovido pela CUT, para debater a Política Nacional de Juventude do governo Lula, sobre os programas de juventude do governo federal.

Foram apresentados os resultados dos seminários setoriais realizados com as seis confederações Cutistas que compõem o projeto.

"Foi um encontro muito produtivo. Houve confirmação de propostas das confederações artísticas, por exemplo, no sentido de levantar bandeiras para a implementação de políticas públicas voltadas

para o primeiro emprego", explicou Kleyton Moraes, diretor do Sindicato e representante da CNB no Seminário. "Além disso, trata-se de um passo importante no processo de formação do dirigente sindical, ampliando sua liderança, que é o objetivo final de toda essa organização".

Coletivo na CUT-DF

O Sindicato propôs, durante a Plenária da CUT realizada neste fim de semana, a criação do Coletivo da Juventude da CUT-

DF. Até o fechamento do Informativo Bancário, o resultado final da Plenária ainda não havia sido divulgado. Na próxima edição, publicaremos o resultado do encontro.

Projeto de prata, oportunidade de ouro

Uma parceria entre o Coletivo da Juventude e a Secretaria de Cultura vai abrir as portas do Sindicato ao talento do bancário. Essa é a proposta de Prata

da Casa, projeto desenvolvido com o objetivo de oferecer a infra-estrutura necessária para o bancário artista mostrar o seu trabalho fora do banco.

"Queremos trazer o bancário para o Sindicato, proporcionando maior interação entre a categoria por meio do lazer", explica Rodrigo Brito, um dos coordenadores do Coletivo da Juventude.

Os interessados devem preencher ficha cadastral, disponível no site www.bancariosdf.com.br, com os dados requisitados e encaminhá-la para cultura@bancariosdf.com.br.

CULTURA

Uma comédia para dois no Teatro Nhá Hortência

Desde a criação moderna dos filhos ao descaso da velhice, desde as piadas hilariantes, aos causos tradicionais dos compadres. Para todos os gostos e todas as idades. Esse é tom de Uma Comédia para Dois, um espetáculo engraçadíssimo, com vários quadros, satirizando principalmente a família brasileira.

Para muitos que desconhecem o trabalho da dupla Nilton Pinto e Tom Carvalho e acreditam que seus repertórios não passam além dos caipiras, terão uma ótima oportunidade para quebrarem esse paradigma, terão uma grata surpresa ao constatarem um texto riquíssimo, em que os atores interpretam vários papéis, desde o velho de oitenta, ao bêbado, as canções musicais.

O espetáculo tem duração de uma hora e vinte minutos, com texto de Nilton Pinto, produção de Sandra Oliveira, Heveraldo Jr, José Domingos Jr e Francismar de Deus, cenário Martins Muniz e direção da dupla, promete levar o público ao delírio.

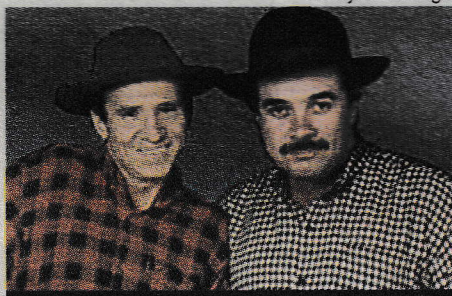


Foto: José Domingos

SERVIÇO

Local: Teatro dos Bancários

Dias: 23 e 24 de abril

Horário: sábado às 21h e domingo às 20h.

Classificação: 16 anos

Preço: R\$ 40, 00 a inteira

R\$ 20, 00 a meia (estudantes, maiores de 60 anos, doadores de 2Kg de alimentos, exceto sal)

Assinantes do **Correio** têm 50% de desconto na compra de até dois ingressos inteiros.

Informações: 346-9090

Hortência é uma sertaneja que luta muito pela vida e um dia resolveu mandar sua única filha, Helena, para estudar em Brasília. Aqui chegando, Hortência a matriculou no 2º grau, onde ela se preparou para fazer o Normal. Hortência tinha um grande amigo de nome Fedegoso, também do Nordeste, onde mexia com gado, administrando pequenas fazendas e cuidando das mesmas.

Lá onde moravam aconteceu algo marcante: o presidente da República resolveu dar uma chegadinha ao local a fim de conhecer a miséria e ficou estarecido com o que viu, e ali mesmo prometeu matar a fome do país...

SERVIÇO

Dias: 29 de abril a 1º de maio

Horário: 21h

Ingressos à venda na Comunhão Espírita de Brasília

Tel: 9232-0821

Procuram-se bancários artistas. Veja no site www.bancariosdf.com.br